

## ***CRISE MUNDIAL DE CONFIANÇA \****

---

**LUIZ FUX**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

RUDOLF IHERING, jusfilósofo de todas as gerações, legou-nos uma das mais lúcidas e perenes lições: o fim do direito é a paz; o meio de obtê-la é a luta.

O ser humano persegue a paz em todos os campos de sua vivência. A paz jurídica é auferida com a "segurança dos direitos", na percuciente visão de KARL LARENZ, numa de suas pérolas literárias encontradas na memorável obra *Metodologia da Ciência do Direito*. A Constituição Cidadã de 1988 preconiza como ideário da nação a "segurança jurídica", cláusula pétrea e fundamento do Estado Democrático de Direito. É que, ausente a segurança, a paz e a estabilidade social sofrem severo abalo.

A segurança, por seu turno, contrapõe-se ao novo, à mudança, fenômeno que no mundo jurídico denota significativa perplexidade.

A escola do direito natural, de essência multidisciplinar e humanizada, assistiu a sua derrocada para o positivismo racionalista, exatamente por ter prometido o impossível; vale dizer: o "direito imutável e eterno".

O universo humano justifica a ansiedade quanto à mudança, porquanto o novo significa a perda do passado.

Essa contradição se exacerba quando se põe em xeque a "segurança jurídica e o desenvolvimento econômico".

Os economistas queixam-se da orgia legiferante e das oscilações jurisprudenciais, cuja crítica encontra eco no próprio número de emendas a uma Constituição tão recente sob o prisma histórico-comparativo, mercê da notória variação dos julgados.

A realidade é que as mudanças são conseqüências de um novo mundo líquido a que se referia BAUMAN, no qual as idéias não se fundam mais na verdade sedimentada pelo tempo, mas antes na velocidade com que surgem e se assentam ao sabor da experimentação.

O novel instrumental jurídico é farto no saciar essa expectativa. Unindo o ontem e o hoje, a Ciência do Direito ostenta, no seu receituário de segurança, a imutabilidade dos julgamentos depois de esgotados todos os recursos cabíveis contra determinada decisão, a irretroatividade das leis, a prescrição e a decadência, as novéis técnicas da homogeneização da jurisprudência para casos iguais e a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade das leis, tornando o direito algo previsível a conjurar o receio de LOCKE acerca do impacto das modificações legais sobre a propriedade e o desmerecimento da autoridade das leis e das instituições.

Os operadores do direito, notadamente os aplicadores nos quais deságuam todas as aberrações e misérias humanas, indagam: E a economia? O que tem de seguro para nos oferecer?

Guardadas as dificuldades de entendimento do "economês", as alterações fálicas e perceptíveis com a crise atual não encontram uma explicação razoável.

ERIC HOBBSBAUM denominou o século XX como breve e extremado, posto englobar duas grandes guerras, assistir à queda do Muro de Berlim, ao malogro do comunismo e o surgimento de uma nova navegação, que dos mares passou à tela dos computadores interligados à internet.

O início do novel século XXI parece rescaldo da era passada; o povo assombrado assiste ressurgir a destruição do que KARL MARX denominou de "a segurança do egoísmo burguês".

O confronto entre economia e segurança jurídica não revela vencedores. Ambos os segmentos são vencidos em parte, até porque caminham hodiernamente inseparáveis: a justiça econômica e a economia normativa, na percuciente visão de JOHN RAWLS.

Essa crise vulcânica nos conduz à percepção metafórica de FER-GUSSON: *O fogo aparece no cume dos vulcões, mas nasce no centro da terra.*

A raiz desse tormentoso momento por que passa todo o mundo reside numa crise de confiança.

O mundo jurídico pós-positivista, e, portanto, atual, proclama que é direito fundamental do cidadão a informação, na qual se funda a confiança e dela decorre a segurança.

O princípio da "confiança legítima", oriundo do direito público germânico, protege o cidadão contra manobras abruptas do Estado em quaisquer de suas funções soberanas, conferindo-lhe proteção jurídica no desequilíbrio experimentado em seu patrimônio moral ou econômico, observado o interesse público e o princípio da razoabilidade, equilibrando a balança representativa do valor "justiça".

É inegável que faltou informação, rompeu-se a confiança legítima no mundo globalizado. De toda sorte, o "mundo caiu"; o soerguimento sob o pálio da segurança é imperioso. Como fazê-lo?

A melhor resposta provém da sensibilidade dos homens das letras, como o foi FERNANDO SABINO:

É preciso ter a certeza de que se está sempre começando; a certeza de que é preciso continuar e a certeza de que

seremos interrompidos antes de terminar; o que importa é fazer da interrupção um caminho novo, fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte e da procura um encontro.